

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Introdução

Em 2007, foi publicada a Lei das Finanças Locais, a primeira legislação sobre a consolidação de contas, determinando que *“as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos”* (n.º 1, do art.º 46 da Lei 2/2007, de 15 de janeiro).

Neste âmbito e de modo a colmatar as lacunas ainda existentes relativamente a esta matéria, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a *“Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”* (orientação n.º 1/2010) aplicável aos Municípios.

De acordo com essa mesma Portaria, e sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCP e planos sectoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o sector público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, devendo assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Assim, a partir de 2010, as contas consolidadas do grupo público do Município do Cantanhede apresentam a contabilização da participação em entidades consolidantes, em conformidade com a legislação atrás enunciada, conforme a entidade se encontre integrada no perímetro de consolidação, utilizando-se o método de equivalência patrimonial.

A INOVA-EM, SA aplicou nas suas contas individuais o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, pelo que deve converter os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de modo a garantir a homogeneização da informação previamente à aplicação de qualquer dos métodos de consolidação.

Uma vez que o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes à consolidação, no processo de consolidação e na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Município de Cantanhede foram aplicadas as normas de consolidação de contas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de julho, que transpôs para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª diretiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de junho de 1983.

Nota 5 – Número médio de trabalhadores ao serviço

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 376 em 2013, sendo 238 do Município e 138 da empresa municipal, o que significou uma redução de cerca de 3,59 % no Grupo Município relativamente a 2012.

Nota 20 – Endividamento de Médio e Longo Prazo

No quadro abaixo apresentado consta o endividamento consolidado a médio e longo prazo, desagregado por entidade do grupo incluída na consolidação e por rubrica do balanço consolidado. De salientar que o Endividamento a Médio Longo Prazo do Grupo Município desceu cerca de 12,72% no ano de 2013, face ao valor de 2012 que registou um montante de 32.686.557,52 euros.

Endividamento consolidado de Médio e Longo Prazos

2013		Un. Euros				
Código contas	Designação	Dívidas a terceiros de MLP			Anulação Dívidas Grupo	Endividamento Consolidado
		Município	Inova	Total		
23	Dívidas a instituições de Crédito	19 833 732,00	5 028 477,04	24 862 209,04	0,00	24 862 209,04
26	Fornecedores de Imobilizado por locação financeira	3 544 693,85	120 944,42	3 665 638,27	0,00	3 665 638,27
TOTAL		23 378 425,85	5 149 421,46	28 527 847,31	0,00	28 527 847,31

Nota 21 – Dívidas de Médio e Longo Prazo a 3 anos

O quadro infra apresenta a dívida consolidada de médio e longo prazo, exigível num horizonte temporal de 3 anos, desagregado por entidade do grupo incluída na consolidação e por rubrica do balanço consolidado.

2013		Un. Euros		
	Município	Inova	TOTAL	
Dívidas a Instituições de Crédito	5 939 118,69	1 632 716,30	7 571 834,99	
Fornecedores de Imobilizado por Locação Financeira	771 918,73	59 854,33	831 773,06	
TOTAL	6 711 037,42	1 692 570,63	8 403 608,05	

Nota 22 – Saldos e Fluxos Financeiros

O quadro seguinte descreve os fluxos financeiros entre as entidades do grupo incluídas na consolidação, desagregada por tipo de fluxos.

2013											Un. Euros
Município de Cantanhede / Inova											
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos					
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas	Anulações	Pagtos	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações constituídas	Anulações	Recebimentos	Saldo Final	
Transferências	0,00	908 500,00	0,00	908 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	36 428,37	343 076,11	0,00	379 504,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações comerciais	10 229,45	118 883,70	0,00	105 494,95	23 618,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	46 657,82	1 370 459,81	0,00	1 393 499,43	23 618,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nota 25 – Critérios de valorimetria

Verificaram-se consistentes os principais critérios de valorimetria seguidos pelas empresas do grupo incluídas na consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, a partir dos livros e registos das empresas indicadas no perímetro de consolidação, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, tendo-se efetuado o método de consolidação integral nos procedimentos de consolidação.

Imobilizado

A valorização do ativo imobilizado foi feita pelo custo de produção ou custo de aquisição, acrescido de eventuais despesas com a sua aquisição, com exceção de alguns bens constantes do balanço inicial, cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza.

Para o cálculo das amortizações utilizou-se o método das quotas constantes, visando a imputação do custo de utilização dos ativos imobilizados pelos diversos exercícios, atualizando o valor desses mesmos imobilizados.

Para o imobilizado obtido no decurso do exercício em análise, foi efetuada a sua amortização por duodécimos, reportando ao mês em que a aquisição foi concretizada.

Excetuam-se no caso da Inova os bens transferidos pelo Município para esta empresa e as novas infraestruturas de água e saneamento básico que vão sendo concluídas (condutas elevatórias, ramais, redes, estações elevatórias e

respetivos equipamentos), cujas amortizações foram calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas relativamente a essas novas infraestruturas foram reajustadas e adaptadas face às previstas no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de janeiro, revogado pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, uma vez que a vida útil desses bens tem tendência a prolongar-se para além daquilo que se considera em termos fiscais.

Existências

As existências são valorizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de todas as despesas ocorridas até à sua entrada em armazém.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico, utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica de ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa corresponde aos encargos que poderão vir a ser efetivos no futuro, mas sobre os quais ainda não existe certeza de que venham mesmo a ocorrer e em que data, nomeadamente em função das idades dos saldos em dívida e nos processos em contencioso judicial.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões para Riscos e Encargos

O grupo consolidado regista nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso, indemnizações, coimas e outros.

Remunerações a Liquidar

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, estas remunerações correspondem à estimativa dos encargos com o gozo de férias e o pagamento do mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício. Na prática, trata-se de reconhecer as responsabilidades legais de 2012 devidos pelos serviços prestados dos colaboradores até aquela data, as quais só serão regularizadas em 2013.

Especialização de Exercícios

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

Subsídios atribuídos para investimentos

O Município de Cantanhede, ao abrigo de contratos-programa, financia alguns investimentos efectuados pela Inova. Em 2013 financiou o Complexo Desportivo de Ançã em 250.000 € e a ETAR Enxofães Porto Carros em 129.504,48 €.

Anualmente, são calculadas e transferidas para a conta de Resultados Extraordinários do Exercício da empresa verbas correspondentes ao produto do valor dos referidos subsídios, pelas taxas de amortização aplicadas às respetivas imobilizações.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições financeiras e os montantes constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Nota 29 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

O Ativo Bruto teve uma variação positiva de 3,64 %, ascendendo a um total consolidado de 194.478.934,82 euros. Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço, podem ser resumidos como se segue:

ACTIVO BRUTO (Imobilizado Bruto Consolidado)

2013									Un: Euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates e Sinistros	Transferências e Abates	Saldo Final	
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO									
Terrenos e recursos naturais	7 223 694,20	10 954,30	434,76	0,00	191 924,51	0,00	43 444,80	7 470 452,57	
Edifícios	441 018,57	123 863,11	0,00	0,00	59 875,00	0,00	0,00	624 756,68	
Outras construções e infra-estruturas	74 068 916,87	-737 908,19	933 347,12	0,00	1 538 142,42	0,00	0,00	75 802 498,22	
Bens do patrimonio historico, artistico e cultural	539 611,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539 611,85	
Outros bens de domínio público	593 657,36	5 000,00	6 033,60	0,00	0,00	0,00	0,00	604 690,96	
Imobilizações em curso	1 421 295,90	-61 825,49	1 191 489,38	0,00	-1 789 941,93	0,00	463 151,74	1 224 169,60	
Adiant. por conta de bens domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL	84 288 194,75	-659 916,27	2 131 304,86	0,00	0,00	0,00	506 596,54	86 266 179,88	
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de investig. e desenvolvimento	836 951,62	78 449,81	444,16	0,00	8 740,80	0,00	0,00	924 586,39	
Propriedade industrial e outros direitos	67 246,48	0,00	7 600,00	0,00	38 900,00	0,00	0,00	113 746,48	
Imobilizações em curso	38 900,00	5 641,20	3 099,60	0,00	-47 640,80	0,00	0,00	0,00	
Adiant. por conta de imobiliz. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL	943 098,10	84 091,01	11 143,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1 038 332,87	
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Terrenos e recursos naturais	11 086 127,83	154 754,02	26 682,05	-207 085,64	-13 695,47	-2 316,03	105 740,26	11 150 207,02	
Edifícios e outras construções	35 646 555,28	852 432,00	114 627,47	-161 582,90	2 370 572,40	-9 250,35	0,00	38 813 353,90	
Equipamento básico	32 430 349,28	44 893,31	354 960,37	0,00	5 925 258,22	-18 152,96	947,64	38 738 255,86	
Equipamento de transporte	2 813 653,81	0,00	33 294,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2 846 948,74	
Ferramentas e utensílios	913 704,91	10 609,93	24 061,70	0,00	5 056,66	-1 073,87	0,00	952 359,33	
Equipamento administrativo	2 410 696,72	0,00	112 499,53	0,00	5 012,26	-15 384,53	0,00	2 512 823,98	
Taras e vasilhame	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	
Outras imobilizações corpóreas	6 655 608,60	-6 657,45	17 406,30	0,00	0,00	0,00	0,00	6 666 357,45	
Imobilizações em curso	9 614 414,08	-310 295,64	2 689 101,04	0,00	-8 292 204,07	0,00	74 683,65	3 775 699,06	
Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL	101 571 150,51	745 736,17	3 372 633,39	-368 668,54	0,00	-46 177,74	181 371,55	105 456 045,34	
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS									
Partes de capital	852 270,70	-13 542,60	879 605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 718 333,10	
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	43,63	0,00	0,00	0,00	0,00	43,63	
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Adiant. por conta de investim. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL	852 270,70	-13 542,60	879 648,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1 718 376,73	
TOTAL	187 654 714,06	156 368,31	6 394 730,64	-368 668,54	0,00	-46 177,74	687 968,09	194 478 934,82	

Amortizações e Provisões

(de harmonia com o ponto 8.2.7 do POCAL)

Ano: 2013

Un: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	118 878,45	19 956,88	-76 092,83	214 928,16
Outras construções e infra-estruturas	4853	33 133 649,20	3 558 349,53	369 973,17	36 322 025,56
Bens do património histórico, artístico e c	4855	337 195,05	26 678,82	0,00	363 873,87
Outros bens de domínio público	4859	30 855,76	5 094,58	0,00	35 950,34
SUB-TOTAL		33 620 578,46	3 610 079,81	293 880,34	36 936 777,93
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvime	4832	373 315,58	224 092,59	0,00	597 408,17
Propriedade industrial e outros direitos	4833	55 501,74	22 219,37	0,00	77 721,11
SUB-TOTAL		428 817,32	246 311,96	0,00	675 129,28
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4822	5 836 459,39	815 273,71	-258 459,69	6 910 192,79
Equipamento básico	4823	9 239 974,04	1 480 198,83	3 098,63	10 717 074,24
Equipamento de transporte	4824	2 533 355,80	113 008,42	0,00	2 646 364,22
Ferramentas e utensílios	4825	870 767,28	53 670,54	1 073,87	923 363,95
Equipamento administrativo	4826	1 817 001,62	224 520,85	15 384,53	2 026 137,94
Taras e vasilhame	4827	40,00	0,00	0,00	40,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	2 695 825,09	333 666,15	0,00	3 029 491,24
SUB-TOTAL		22 993 423,22	3 020 338,50	-238 902,66	26 252 664,38
DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	49				
Partes de capital	491	14 970,00	0,00	0,00	14 970,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	495				
Depósitos em instituições financeira:	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL		14 970,00	0,00	0,00	14 970,00
TOTAL		57 057 789,00	6 876 730,27	54 977,68	63 879 541,59

Nota 40 – Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos executivos e de fiscalização

Em virtude da lei 50/2012, que rege o sector empresarial local, e por conseguinte a Inova-EM,SA, obrigar à redução de um administrador remunerado, os valores apresentados têm uma redução significativa relativamente ao ano transato.

2013	Un. Euros
Empresa	REMUNERAÇÃO GLOBAL
Município de Cantanhede	149 753,27
Inova - EEM	87 868,68
TOTAL	237 621,95

Nota 44 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta os saldos das rubricas do balanço consolidado das classes 68 – Custos Financeiros e 78 – Proveitos financeiros.

Os resultados financeiros apresentaram um aumento de 116,93% relativamente a 2012. Este facto deve-se por um lado à diminuição dos Custos e Perdas Financeiros terem reduzido, pois houve uma diminuição dos juros suportados com os financiamentos obtidos, e neste ano ao contrário de 2012 as perdas com as participadas foram mínimas, e por outro lado ao aumento em todas as rubricas de Proveitos e Ganhos.

Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados

Ano: 2013				Un. Euros	
Código das Contas	Custos e Perdas	Código das Contas	Proveitos e Ganhos		
681	Juros suportados	523 097,91	781	Juros obtidos	142 337,15
682	Perdas em entidades participadas	2 486,04	782	Ganhos em entidades participadas	882 091,04
683	Amortizações de investimentos em imóve		783	Rendimentos de imóveis	1 151 627,39
684	Provisões para aplicações financeiras		784	Rendimentos de participações de capital	9 911,25
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis		785	Diferenças de câmbio favoráveis	
686	Descontos de pp. Concedidos		786	Descontos de pronto pagamento obtidos	26 481,12
687	Perdas na alienação de aplicações de tesou		787	Ganhos na alienação de aplicações de tesou	
688	Outros custos e perdas financeiros	40 538,29	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	56 874,58
	Resultados Financeiros	1 703 200,29	789	Reembolsos e Restituições	
	TOTAL	2 269 322,53		TOTAL	2 269 322,53

Nota 45 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

No quadro abaixo apresentado estão os saldos das rubricas do balanço consolidado das classes 69 – Custos Extraordinários e 79 – Proveitos Extraordinários.

Também aqui a melhoria dos resultados é evidente. Mas ao contrário dos Resultados Financeiros aqui o excelente resultado é alavancado sobretudo pela enorme redução dos Custos e Perdas Extraordinárias os quais, em 2012, atingiram cerca de 2,1 milhões de euros contra um montante que, em 2013, não chega a 1,4 milhões euros. Os Resultados Extraordinários tiveram um aumento superior a 400 mil euros no Grupo Município.

Demonstração de Resultados Extraordinarios Consolidados

Ano: 2013				Un. Euros	
Código das Contas	Custos e Perdas	Código das Contas	Proveitos e Ganhos		
691	Transferências de capital concedidas	973 382,77	791	Restituições de impostos	
692	Dívidas incobráveis		792	Recuperação de dívidas	
693	Perdas em existências	97,08	793	Ganhos em existências	622,52
694	Perdas em imobilizações	100 818,37	794	Ganhos em imobilizações	201 379,59
695	Multas e Penalidades	1 836,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	22 195,21
696	Aumentos de amortizações e de provisõe:		796	Reduções de amortizações e de provisões	24 894,03
697	Correcções relativas a exercícios anterior	246 504,34	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	98 682,94
698	Outros custos e perdas extraordinárias	69 547,69	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 549 006,52
	Resultados extraordinários	504 594,56			
	TOTAL	1 896 780,81	TOTAL	1 896 780,81	

Nota 47 – Bens utilizados em regime de locação financeira

O valor contabilístico dos bens utilizados no regime de locação financeira é apresentado no quadro que se segue.

2013			Un. Euros
	Município	Inova	TOTAL
Terrenos e Recursos Naturais		16 798,11	16 798,11
Edifícios e Outras Construções	5 069 412,45		5 069 412,45
Equipamento Básico		205 889,33	205 889,33
Equipamento Informatico			0,00
Equipamento de Transporte		91 597,79	91 597,79
Imobilizado em Curso	2 099 608,80		2 099 608,80
TOTAL	7 169 021,25	314 285,23	7 483 306,48